

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 114 – 30/09 a 04/10/2019

Sumário

- ✘ *Destaque da Semana*
- ✘ *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- ✘ *Notícias do Executivo*
- ✘ *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- ✘ *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- ✘ *Outras Notícias*
- ✘ *Atos Normativos*
- ✘ *Dados Estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[STF decidirá se Justiça pode estabelecer prazo para realização de perícia médica do INSS](#)

Supremo Tribunal Federal - 04/10/2019

O Supremo Tribunal Federal (STF) irá decidir se o Judiciário pode estabelecer prazo para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) realizar perícia médica nos segurados e determinar a implantação do benefício previdenciário pedido, caso o exame não ocorra no prazo. Por unanimidade, os ministros reconheceram a repercussão geral do Recurso Extraordinário (RE) 1171152, que tem como relator o ministro Alexandre de Moraes.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Suspensas cláusulas que previam contribuições sindicais compulsórias no ramo de TI em São Paulo](#)

Supremo Tribunal Federal - 02/10/2019

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu efeitos de três cláusulas de acordo coletivo que previam o recolhimento de contribuições sindicais compulsórias a empregados e empregadores do ramo de tecnologia da informação em São Paulo. A liminar foi deferida na Reclamação (RCL) 369333, apresentada pela Thomson Reuters Brasil Conteúdo e Tecnologia Ltda.

[Outubro Rosa: TST participa de campanha e explica direitos de quem é diagnosticada com câncer de mama](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/10/2019

O Tribunal Superior do Trabalho, mais uma vez, participa do [Outubro Rosa](#), ação mundial de conscientização sobre o câncer de mama mediante a mobilização da sociedade, de empresas e de entidades. Desde o início do mês, o edifício-sede do TST está iluminado de rosa em adesão à campanha.

[Merendeira de escola municipal receberá adicional de insalubridade por exposição a alta temperatura](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/10/2019

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho deferiu o adicional de insalubridade em grau médio a uma merendeira do Município de Piracicaba (SP), em razão da exposição ao calor do fogão durante o trabalho. Na decisão, a Turma seguiu a jurisprudência do TST, que considera devida a parcela no caso de contato com o calor acima dos limites de tolerância previstos para a atividade, ainda que não seja permanente.



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[5º Seminário Internacional sobre Trabalho Seguro está com inscrições abertas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/10/2019

Com o tema “Violências no Trabalho: Enfrentamento e Superação”, o 5º Seminário Internacional do Programa Trabalho Seguro está com as inscrições abertas. O evento, que será realizado nos dias 16, 17 e 18 de outubro no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, discutirá situações no ambiente de trabalho que podem levar ao adoecimento, como assédio moral, sexual e discriminação. As inscrições são gratuitas e as vagas são limitadas. Para fazer a sua inscrição, clique [aqui](#).

[Operador de microfone que descobriu doença após a dispensa tem direito à estabilidade](#)

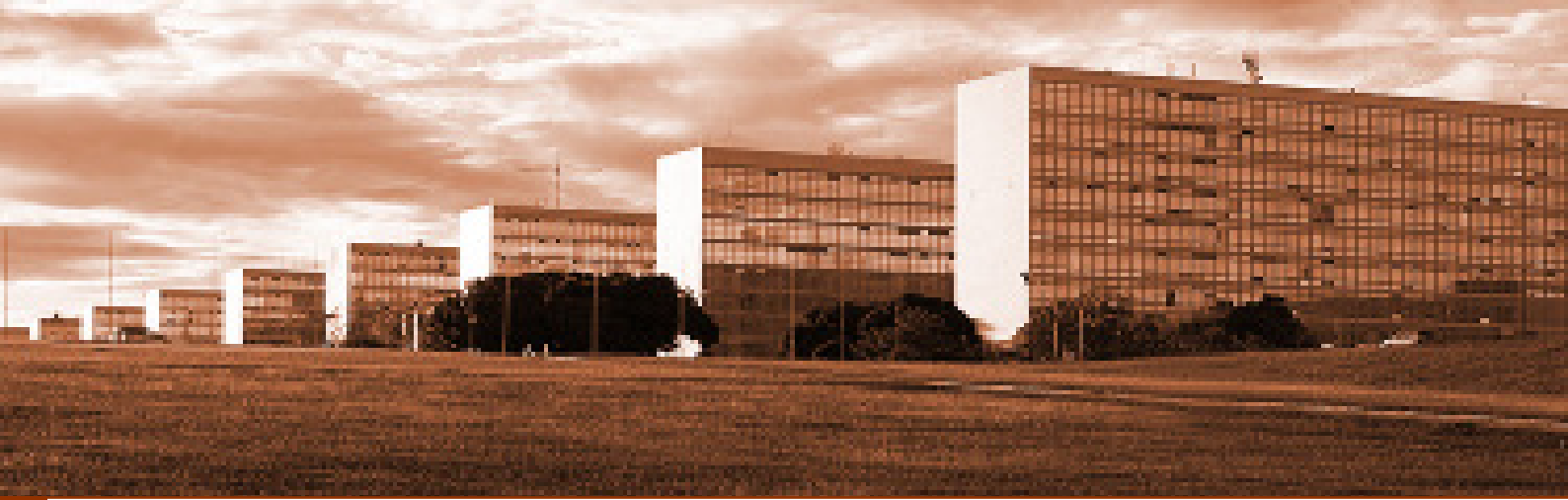
Tribunal Superior do Trabalho - 02/10/2019

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito à estabilidade provisória de um operador de microfone da Rádio e Televisão Record S.A. diagnosticado com lesão por esforço repetitivo (LER) após a dispensa. Os ministros concluíram que a constatação da doença ocupacional somente após a despedida não afasta a garantia de emprego.

[Cortador de cana obtém direito a intervalo para se recuperar de exposição ao calor](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/09/2019

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Condomínio Agrícola Cannã, de Paraguaçu Paulista (SP), a pagar horas extras a um trabalhador rural por ter deixado de conceder intervalos para recuperação térmica. O corte de cana nas plantações era feito sob temperaturas em torno dos 30° C em alguns períodos do dia.



Notícias do Executivo

[Senado conclui primeiro turno da votação da Nova Previdência](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 03/10/2019

Após encerrar a apreciação dos destaques, o Senado Federal concluiu nesta quarta-feira (2) o primeiro turno de votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, da Nova Previdência. O texto-base foi aprovado na noite de terça-feira (1º), com 56 votos favoráveis e 19 contrários.

[Fundacentro atinge mais de 700 participantes em eventos no Recife e São Luís em setembro](#)

Fundacentro - 03/10/2019

Os eventos da Fundacentro (Centro Regional de Pernambuco) em Pernambuco e no Maranhão atingiram mais de 700 participantes em setembro. Com temáticas diversificadas, profissionais da área de segurança e saúde no trabalho, magistrados e interessados receberam informações sobre as principais doenças relacionadas ao trabalho e formas de combatê-las.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT-RN participa de audiência pública sobre aprendizagem na Assembleia Legislativa](#)

Ministério Público do Trabalho - 01/10/2019

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte (MPT-RN) participou, nesta segunda-feira (30), da audiência pública “Programa Jovem Aprendiz: Desafios e Avanços”, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. A sessão reuniu representantes de entidades públicas e privadas, além de dezenas de jovens, para debater os avanços da aprendizagem profissional no Estado e um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que pretende alterar dispositivos da Lei da Aprendizagem.

[MPT apresenta efeitos da reforma trabalhista em seminário](#)

Ministério Público do Trabalho - 01/10/2019

A flexibilização das leis trabalhistas e seu impacto social na vida do trabalhador foi um dos assuntos que o Ministério Público do Trabalho (MPT) apresentou a estudantes e professores, na última sexta-feira, 27, durante a V Jornada de Saúde e Segurança do Trabalhador da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal). A jornada integrou o IX Congresso Acadêmico e Científico (Cacun) promovido pela universidade.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Constituição Federal completa 31 anos sob ameaças de supressão de direitos sociais e trabalhistas](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 04/10/2019

Neste sábado, 5 de outubro, a Constituição Federal completa 31 anos de vigência no Brasil. Batizada de Constituição Cidadã pelo então deputado Ulysses Guimarães, a carta trouxe uma série de inovações em relação a direitos sociais e trabalhistas, definição do papel do Ministério Público, organização sindical dos servidores públicos, entre outras.

[Outubro Rosa: Começa campanha de conscientização sobre o câncer de mama](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 01/10/2019

Uma pesquisa feita pelo Ibope Inteligência em parceria com uma empresa farmacêutica intitulada “Câncer de mama hoje: como o Brasil enxerga a paciente e sua doença?” aplicou um formulário virtual on line em diferentes regiões metropolitanas do Brasil, em cidades como São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba. O resultado mostrou que 80% dos brasileiros estão convencidos de que o autoexame das mamas – o toque feito pela própria mulher nas axilas e nos seios – é a principal medida para identificar a doença precocemente. O que é um equívoco, porque, quando o tumor é palpável, muitas vezes, já se encontra em estágio avançado.



Outras Notícias

[Juiz distingue amizade real da virtual ao manter contradita de testemunha](#)

Consultor Jurídico - 05/10/2019

É imperioso distinguir amizade virtual da real que também está retratada na rede social. A amizade decorrente meramente de rede social carece de elementos afetivos existentes nas relações de amizades. Contudo, se existir uma amizade real, e que também se encontra retratada na rede social, a suspeição não decorre da amizade virtual, mas da real que, por coincidência, também foi retratada no mundo virtual.”

[Juiz condena trabalhador a pagar empregador por dano processual](#)

Consultor Jurídico - 03/10/2019

O juiz Márcio Lima do Amaral, da 2ª Vara do Trabalho de Esteio (RS), condenou um empregado a pagar à empregadora uma indenização por dano processual ao ter afirmado não ter recebido verbas rescisórias em processo trabalhista. A decisão é do último dia 27. Na decisão, o magistrado afirmou que, no que diz respeito à má-fé processual, está evidente que o rol de pedidos tem como fundamento a alegação do inadimplemento das verbas rescisórias em si, e não tem relação com eventuais diferenças.

[CCJ do Senado derruba 76 emendas e aprova relatório de Tasso Jereissati](#)

Consultor Jurídico - 01/10/2019

Depois de mais de duas horas de debate, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou nesta terça-feira (1º/10), por 17 votos a 9, a nova versão do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para a reforma da Previdência. Das 77 emendas apresentadas, o tucano acatou apenas uma supressiva, para não prejudicar o acesso à aposentadoria integral de quem recebe vantagens variáveis vinculadas a desempenho no serviço público, e corrigiu a redação do trecho que inclui os informais entre os trabalhadores de baixa renda que terão acesso ao sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas favoráveis.



Atos Normativos

[PORTARIA ME N° 3.900, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019](#) (DOU 30/09/2019 Seção I Pág. 21) - Estabelece metas globais e respectivos indicadores para avaliação de desempenho institucional do Ministério da Economia, para período a ser estabelecido pelo Secretário de Gestão Corporativa do Ministério da Economia;

[RESOLUÇÃO BC N° 4.753, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019](#) (DOU 30/09/2019 Seção I Pág. 50) - Dispõe sobre a abertura, a manutenção e o encerramento de conta de depósitos;

[RESOLUÇÃO BC N° 4.754, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019](#) (DOU 30/09/2019 Seção I Pág. 51) - Altera a Resolução n° 4.676, de 31 de julho de 2018, que dispõe sobre as condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e disciplina o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB N° 4.036, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019](#) (DOU 01/10/2019 Seção I Pág. 34) - Não configura cessão de mão de obra a prestação de serviço de ginástica laboral executado nas dependências de empresa contratante, quando o serviço não é prestado de modo contínuo, os profissionais obedecem a cronograma de atuação elaborado pela prestadora, a natureza dos serviços é predeterminada em contrato, sem que a contratante defina forma e modo como os serviços devam ser prestados, o que fica a cargo da contratada, e os profissionais executem os serviços contratados sem que se configure submissão à direção da empresa contratante, a qual é exercida pela empresa contratada;

[CIRCULAR CEF N° 875, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019](#) (DOU 01/10/2019 Seção I Pág. 40) - Publica a versão 4 do Manual FGTS Movimentação da Conta Vinculada, como instrumento disciplinador do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;



Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CFM N° 2.235, DE 15 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 01/10/2019 Seção I Pág. 76) - Determina que os exames realizados em serviços médicos devem ser acompanhados dos respectivos laudos, bem como, a responsabilidade pela execução e pelos laudos destes exames pode ser assumida por diferentes médicos;

[PORTARIA ME N° 531, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019](#) (DOU de 02/10/2019 Seção I Pág. 40) - Institui o Comitê de Súmulas da Administração Tributária Federal, de que trata o art. 18-A da Lei n° 10.522, de 19 de julho de 2002;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB N° 282, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019](#) (DOU de 02/10/2019 Seção I Pág. 129) - As disposições normativas atinentes à prorrogação da licença-paternidade, no âmbito do Programa Empresa Cidadã, introduzidas por meio do art. 38 da Lei n° 13.257/2016, são aplicáveis desde 1° de janeiro de 2017, independentemente de eventual regulamentação pelo Poder Executivo, devendo a referida prorrogação da licença-paternidade ser concedida ao empregado que a requeira no prazo de dois dias úteis após o parto e que comprove participação em programa ou atividade de orientação sobre paternidade responsável;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB N° 284, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019](#) (DOU de 02/10/2019 Seção I Pág. 132) - Pessoa jurídica submetida à apuração do IRPJ com base no Lucro Presumido, que incorrer em situação de obrigatoriedade de apuração do Lucro Real, advinda no curso de um trimestre, deverá apurar o Lucro Real em relação a todo esse trimestre;

[RESOLUÇÃO NORMATIVA CNIg N° 37, DE 28 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 03/10/2019 Seção I Pág. 85) - Altera a Resolução Normativa n° 1, de 1° de dezembro de 2017;

[RESOLUÇÃO NORMATIVA CNIg N° 38, DE 28 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 03/10/2019 Seção I Pág. 85) - Altera a Resolução Normativa n° 23, de 12 de dezembro de 2017;



Atos Normativos

[RESOLUÇÃO NORMATIVA CNIg N° 39, DE 28 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 03/10/2019 Seção I Pág. 85) - Dispõe sobre a revogação de Resoluções Normativas;

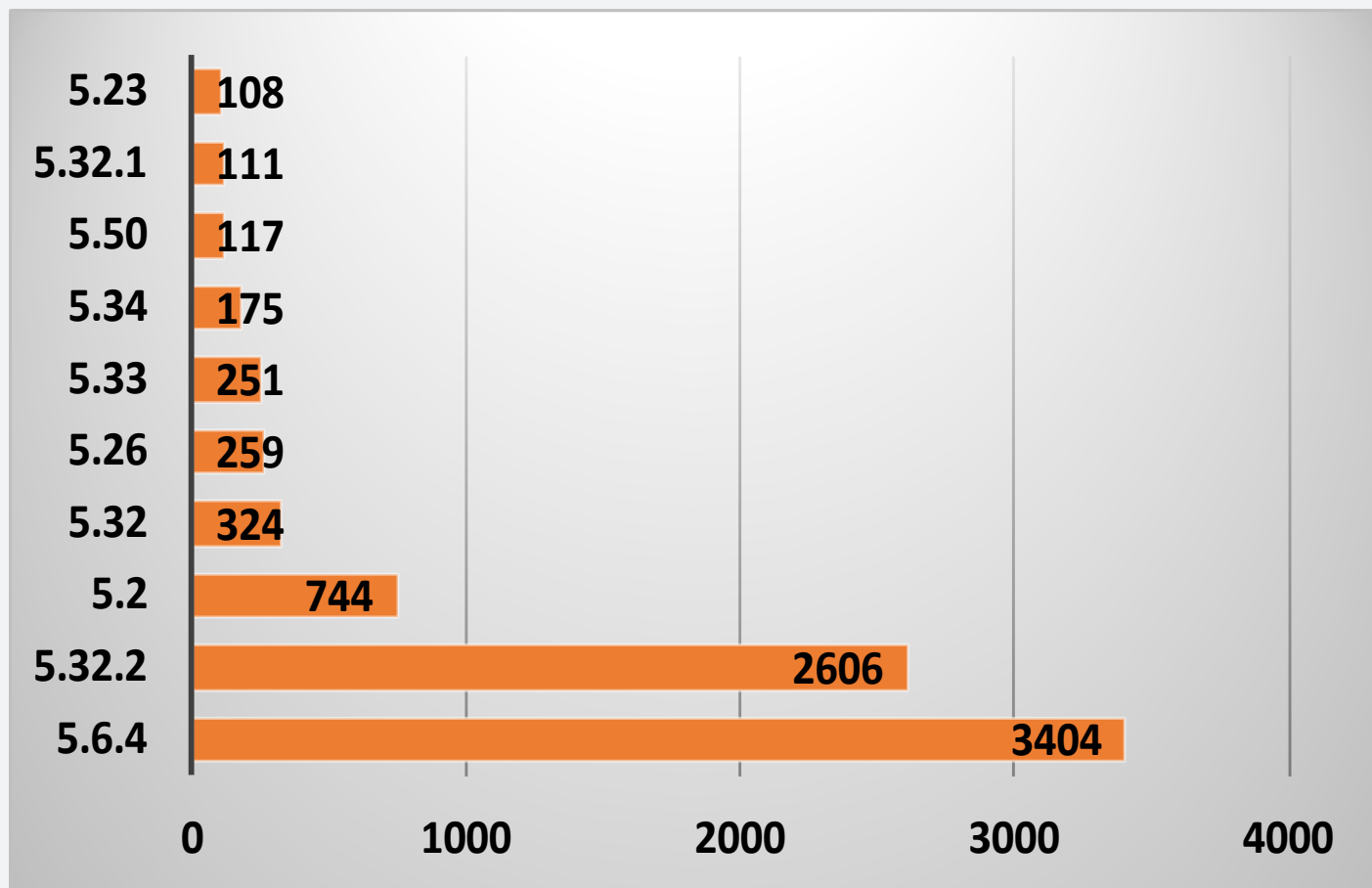
[PROVIMENTO CRPS N° 12, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019](#) (DOU de 04/10/2019 Seção I Pág. 35) - Estabelece a produção mínima e máxima, para efeitos de desempenho e pagamento de Jetom, para Conselheiros das Unidades Julgadoras do Conselho de Recursos da Previdência Social;

[PORTARIA MMFDH N° 2.842, DE 3 DE OUTUBRO DE 2019](#) (DOU de 04/10/2019 Seção I Pág. 58) - Institui o Projeto "Salve uma Mulher";



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 05 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) mais capitulados como “Regularização na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Regularizados na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

5.6.4 Quando o estabelecimento não se enquadrar no Quadro I, a empresa designará um responsável pelo cumprimento dos objetivos desta NR, podendo ser adotados mecanismos de participação dos empregados, através de negociação coletiva.

5.32.2 As empresas que não se enquadrem no Quadro I, promoverão anualmente treinamento para o designado responsável pelo cumprimento do objetivo desta NR.

5.2 Devem constituir CIPA, por estabelecimento, e mantê-la em regular funcionamento as empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como outras instituições que admitam trabalhadores como empregados.

5.32 A empresa deverá promover treinamento para os membros da CIPA, titulares e suplentes, antes da posse.

5.26 As atas devem ficar no estabelecimento à disposição da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.

5.33 O treinamento para a CIPA deverá contemplar, no mínimo, os seguintes itens:

5.34 O treinamento terá carga horária de vinte horas, distribuídas em no máximo oito horas diárias e será realizado durante o expediente normal da empresa.

5.50 A empresa contratante adotará as providências necessárias para acompanhar o cumprimento pelas empresas contratadas que atuam no seu estabelecimento, das medidas de segurança e saúde no trabalho.

5.32.1 O treinamento de CIPA em primeiro mandato será realizado no prazo máximo de trinta dias, contados a partir da data da posse.

5.23 A CIPA terá reuniões ordinárias mensais, de acordo com o calendário preestabelecido.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico